

Novo Progresso tem 13 imóveis da União em regularização para reforma agrária; Pará tem mais de 1.200

Assentamento Terra Nossa, (foto: Arquivo) – Pará tem mais de 1.200 imóveis da União em regularização para reforma agrária; Novo Progresso na lista com 13.

Governo federal quer transferir prédios públicos sem uso para moradia popular por meio de novo programa de democratização

A recente decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de destinar todos os prédios públicos sem uso pelo governo federal para moradia popular pode gerar a transferência de imóveis para o atendimento de políticas públicas no Pará. A reportagem do Grupo Liberal apurou, por meio de tabelas disponibilizadas no site da Superintendência do Patrimônio da União no Pará (SPU-PA), que existiam, em setembro do ano passado, último dado disponível, 1.278 imóveis pertencentes à União em regularização para reforma agrária no Estado.

No fim de 2021, como noticiado pelo [Grupo Liberal](#), o número de imóveis nessas mesmas condições alcançava 1.163, também de acordo com a Superintendência. Houve, portanto, uma alta de 9,88% no intervalo de dois anos no total de áreas em regularização para reforma agrária no Pará. Dos 1.278 atuais, 788 são locais de glebas, 484 de fazendas, além de dois galpões, um laboratório, um farol, um conjunto e um complexo. Constam na lista 93 dos 144 municípios paraenses com pelo menos uma área em regularização.

Mesmo entrando em contato com a entidade e com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), no entanto, não foi possível confirmar se todos esses locais podem ser

incluídos no projeto, anunciado no fim de dezembro de 2023. Se cada um desses imóveis fosse destinado a apenas uma família em moradia popular, ao menos 4.575 pessoas poderiam ser beneficiadas pela reforma agrária, considerando a média de 3,58 integrantes por família no Pará, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Destinação de imóveis

Nas vésperas do último Natal, o presidente Lula anunciou que lançaria ainda no início de 2024 um programa que destinaria todos os prédios públicos sem uso pelo governo federal para moradia popular, o que ele mesmo classificou como algo “sensato” para que o povo tenha o direito de viver com decência.

Em resposta à reportagem, o MGI disse que o Programa de Democratização de Imóveis da União se encontra em fase de construção na SPU e prevê a destinação de imóveis da União, com coordenação intergovernamental e participação social, para as políticas públicas de interesse social: provisão habitacional, regularização fundiária e políticas públicas estratégicas.

“Com sua implantação, o governo pretende aprimorar o uso e a destinação do patrimônio da União, por meio da gestão participativa, racional, socioambientalmente justa, priorizando o atendimento às políticas públicas. Serão destinados imóveis sem destinação definida, como áreas urbanas vazias, prédios vazios e ocupados, conjuntos habitacionais com famílias não tituladas, núcleos urbanos informais com e sem infraestrutura, imóveis com possibilidade de racionalização no uso, entre outros”, informou a Pasta ao Grupo Liberal.

Assista a reportagem do O LIBERAL sobre imóveis em Belém-PA

Repasse ao Pará

O jornal O Globo noticiou, nesta semana, que o governo federal está prestes a repassar 300 dos cerca de 500 imóveis abandonados ou inutilizados que pertencem à União e que podem ter uma nova destinação. O programa do Ministério da Gestão teria contabilizado em 2023 os prédios, terrenos e galpões que poderão ser destinados a moradias populares, saúde pública, educação, atividades esportivas e culturais.

Do total de imóveis, em torno de 300 teriam sido declarados de interesse social, sendo que a maioria está localizada em quatro estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Pará. Dessa forma, será aberta a corrida para que novos gestores possam administrar os locais. Mas, como o processo é burocrático, o governo estima que a nova destinação desses lugares seja posta em prática somente até 2026, segundo o veículo. Eles serão entregues a prefeituras ou movimentos populares após aprovação de projetos que determinem a nova função dos espaços.

Somente em 2023, como o órgão informou ao Grupo Liberal, foram destinados pela SPU 289 imóveis em 181 municípios de 26 Estados e Distrito Federal, embora não tenha detalhado se o Pará foi contemplado. “Os esforços atuais do governo federal visam qualificar a seleção das áreas e avaliar suas possíveis destinações. Estados, municípios e demais entidades podem buscar as Superintendências do Patrimônio da União nos Estados para apresentar suas demandas junto ao Ministério”, concluiu.

Imóveis em regularização para reforma agrária no Pará

Total em 2023: 1.278

Total em 2021: 1.163

Variação 2021/2023: 9,88%

Tipos de imóveis em 2023:

Glebas: 788

Fazendas: 484

Galpões: 2

Complexo: 1
Conjunto: 1
Farol: 1
Laboratório: 1

Número de imóveis por município em 2023:

Marabá: 91
Novo Repartimento: 51
Paragominas: 51
Conceição do Araguaia: 48
Itupiranga: 43
Capitão Poço: 34
Pacajá: 34
Itaituba: 30
Acará: 25
São Félix do Xingu: 25
São Geraldo do Araguaia: 25
Altamira: 24
Eldorado dos Carajás: 24
Rondon do Pará: 24
Santa Maria das Barreiras: 23
Tucuruí: 23
Santana do Araguaia: 21
Água Azul do Norte: 19
Santarém: 19
São Domingos do Araguaia: 19
Anapu: 18
Ipixuna do Pará: 18
São João do Araguaia: 18
Trairão: 18
Uruará: 18
Xinguara: 18
Aveiro: 16
Baião: 16
Brasil Novo: 16
Brejo Grande do Araguaia: 16

Curionópolis: 16
Placas: 16
São Domingos do Capim: 16
Aurora do Pará: 15
Belterra: 15
Medicilândia: 15
Rio Maria: 15
Alenquer: 14
Senador José Porfírio: 14
Novo Progresso: 13
Oriximiná: 13
Piçarra: 13
Ulianópolis: 13
Dom Eliseu: 12
Monte Alegre: 12
Parauapebas: 12
Rurópolis: 12
Breu Branco: 11
Irituia: 11
Palestina do Pará: 11
Redenção: 11
Garrafão do Norte: 10
Floresta do Araguaia: 9
Goianésia do Pará: 9
Concórdia do Pará: 8
Moju: 8
Nova Ipixuna: 8
Bom Jesus do Tocantins: 7
Óbidos: 7
Tomé-Açu: 7
Porto de Moz: 6
Prainha: 6
Vitória do Xingu: 6
Canaã dos Carajás: 5
Juruti: 5
Ourilândia do Norte: 5
Abel Figueiredo: 4

Bannach: 4
Bujaru: 4
Jacareacanga: 4
Mãe do Rio: 4
Portel: 4
Cumarú do Norte: 3
Jacundá: 3
Nova Esperança do Piriá: 3
Santa Luzia do Pará: 3
São Francisco do Pará: 3
São Miguel do Guamá: 3
Sapucaia: 3
Tucumã: 3
Viseu: 3
Breves: 2
Curuá: 2
Ourém: 2
Terra Santa: 2
Belém: 1
Castanhal: 1
Faro: 1
Inhangapi: 1
Marituba: 1
Pau D'Arco: 1
Santa Bárbara do Pará: 1
Soure: 1

Fonte: SPU-PA /O Liberal e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 15/01/2024/06:56:37

[Notícias gratuitas no celular](#)

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar

a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique no link abaixo e entre na comunidade:

* [Clique aqui e acesse a comunidade do JORNAL FOLHA DO PROGRESSO](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 984046835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)

-Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

[Por que o Brasil está interessado em uma moeda digital nacional?](#)